

HABEAS CORPUS Nº 548.126 - SP (2019/0354255-5)

RELATOR : MINISTRO NEFI CORDEIRO
IMPETRANTE : ALEX ALESSANDRO WASHINGTON DELFINO ALBUQUERQUE DA SILVA E OUTROS
ADVOGADOS : ALEX ALESSANDRO WASHINGTON DELFINO ALBUQUERQUE DA SILVA - SP264123
AZENILTON JOSE DE ALMEIDA - SP359335
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : WILLIAM DE ALMEIDA DOS SANTOS (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de WILLIAM DE ALMEIDA DOS SANTOS, apontando-se como autoridade coatora o Tribunal de Justiça de São Paulo.

Sustentam os impetrantes, em síntese, que não se pode fundamentar a realização do exame criminológico levando-se em consideração a gravidade abstrata do delito ou suas consequências, requerendo, liminarmente e no mérito, que seja restabelecida a decisão de 1º grau que deferiu ao paciente a progressão ao regime semiaberto.

É o relatório.

DECIDO.

A concessão de liminar em *habeas corpus* é medida excepcional, somente cabível quando, em juízo perfunctório, observa-se constrangimento ilegal.

In casu, o que consta dos autos é a decisão do juízo de 1º grau, proferida em 10/10/2018, que determinou a progressão de regime para o semiaberto em favor do paciente (fls. 45-47), inexistindo aresto proferido por órgão colegiado do Tribunal local.

Logo, não se mostra cabível a impetração do *writ* contra decisão prolatada por juízo de 1º grau, em razão de ser necessária a interposição de recurso ou impetração de *habeas corpus* na origem para submissão do respectivo *decisum* ao colegiado competente, de modo a exaurir a instância antecedente, impedindo-se, por consequência, a análise por esta Corte sob pena de indevida supressão de instância. Nesse sentido:

AGRAVO REGIMENTAL NO *HABEAS CORPUS*. PRISÃO PREVENTIVA. EXCESSO DE PRAZO. DECISÃO MONOCRÁTICA QUE INDEFERIU LIMINARMENTE O *WRIT* NA ORIGEM. AGRAVO REGIMENTAL NÃO INTERPOSTO. MATÉRIA NÃO SUBMETIDA AO COLEGIADO DO TRIBUNAL A *QUO*. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.

Superior Tribunal de Justiça

1. O inconformismo dirigido contra decisão de Desembargador que, ao analisar o *habeas corpus*, indefere liminarmente o writ, deve ser o recurso de agravo regimental para oportunizar o debate do tema pelo respectivo órgão colegiado e posterior impetração da ordem perante esta Corte Superior.
2. Em creditamento às instâncias ordinárias, que primeiro devem conhecer da controvérsia, para, então, ser inaugurada a competência do Superior Tribunal de Justiça, fica inviabilizado o conhecimento deste *mandamus*.
3. Agravo regimental não provido. (AgRg no HC 399.172/MA, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 27/06/2017, DJe 01/08/2017).

Ante o exposto, indefiro liminarmente o *habeas corpus*.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 27 de novembro de 2019.

MINISTRO NEFI CORDEIRO
Relator